



Acolho a NOTA Nº 2348 -2.17/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO o certame, promovendo a adjudicação proposta, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
158/2001	RS	SANTO ÂNGELO	TV	REDE MUNDIAL DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	53790.000701/02

Tendo em vista os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial de Licitação no bojo da Concorrência nº 063/2009-CEL/MC, acolho o o PARECER/AGU/CONJUR-MC/CLL/N.º 0907-2.21 / 2010, de sorte a não conhecer do recurso interposto pela OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA., por ausência de legitimidade e interesse recursal, bem como não dar provimento aos recursos das concorrentes listadas no Anexo Único.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	MANIFESTANTE	Nº DO PROCESSO
63/2009	BA	MUCUGÊ	TV	TV ARATU S/A.	53000.001553/2010
63/2009	BA	MUCUGÊ	TV	GCE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL LTDA.	53000.001554/2010
63/2009	BA	MUCUGÊ	TV	SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.001557/2010
63/2009	BA	MUCUGÊ	TV	SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.001552/2010

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 5.571, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010

Processo nº 53500.004545/2010 - Aplica a ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DO SERVIÇO DE RÁDIO TÁXI DE ARACAJU, CNPJ 01.861.969/0001-10, FISTEL nº 50001112732, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de

Radiotáxi Privado, consubstanciada no Ato nº 10.930, de 17 de agosto de 2000, publicado no DOU em 18 de agosto de 2000, pelo descumprimento do disposto no art. 6º, §2º, e art. 8º, da Lei nº 5.070/1966 e no art. 11, do Anexo à Resolução nº 255/2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.567, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010

Processo nº 53508.002709/2010. Aplica à MACAÉ PREFEITURA, CNPJ/MF nº 29.115.474/0001-60, FISTEL nº 50013938258, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço Limitado Privado Estações Itinerantes, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no art. 16, do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN  
Presidente do Conselho  
Substituto

ATO Nº 7.283, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2010

Processo nº 53500.013097/2009. Aprova a posteriori a transferência do controle direto da NT TELECOMUNICAÇÕES JANAUBA LTDA., CNPJ nº 10.572.653/0001-07, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, para o Sr. Jorge Luiz Costa Pfeiffer, CPF nº 258.263.796-34 A aprovação da Anatel não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Conhecer o Recurso Interposto pela entidade abaixo relacionada e Negar provimento, mantendo-se a pena de MULTA aplicada em primeira instância, em conformidade com o artigo 82, § 2º, do Regimento Interno da ANATEL.

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Despacho nº	
53539001048/2005	Empresa Brasileira de Telecomunicações-EMBRATEL	João Pessoa / PB	5.683/2010-CD	

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN  
Substituto

Em 28 de outubro de 2010

Nº 10.064 -  
Processo nº 53500.000139/2003  
O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - FILIAL ALA-GOAS, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC no Setor 7 do Plano Geral de Outorgas - PGO, inscrita no CNPJ/MF nº 33.000.118/0013-02, em face da decisão do Conselho Diretor exarada pelo Despacho nº 5.774/2009-CD, de 20 de agosto de 2009, decidiu, em sua Reunião nº 584, realizada em 21 de outubro de 2010, não conhecer do Pedido de Reconsideração interposto, devido ao exaurimento da instância administrativa, com base nos artigos 57 e 63, inciso IV, da Lei nº 9.784/1999, e artigo 90 inciso I, do Regimento Interno da Anatel, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 452/2010-GCJV, de 04 de outubro de 2010.

Em 16 de novembro de 2010

Nº 10.520 -  
Processo nº 53578.000725/2007.  
O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração

com pedido de efeito suspensivo apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/AM, CNPJ/MF nº 33.000.118/0007-64, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Setor 16, do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 3.157/2010-CD, de 29 de abril de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, instaurado para averiguação de irregularidades constatadas na instalação, manutenção e conservação de rede externa da empresa, em sua Reunião nº 586, realizada em 4 de novembro de 2010, e pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 506/2010-GCJV, de 28 de outubro de 2010, decidiu: (a) não conhecer do Pedido de Reconsideração, em virtude da ausência do pressuposto processual objetivo de tempestividade; (b) não conhecer das Alegações Adicionais, ante a incidência da preclusão consumativa; e (c) não conhecer da Manifestação, mantendo-se, dessa forma, a decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 3.157/2010-CD, de 29 de abril de 2010, na íntegra.

Em 17 de novembro de 2010

Nº 10.563 -  
Processo nº 53539.000179/2004  
O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/PB,

CNPJ/MF nº 33.000.118/0012-21, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Setor 9 do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2 de abril de 1998, em face do Despacho nº 2.132/2009-CD, de 25 de março de 2009, que manteve decisão proferida pela Superintendência de Universalização, consubstanciada no Despacho nº 032/2007/UNACO/UNAC/SUN, de 9 de fevereiro de 2007, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 534, realizada em 26 de agosto de 2009, nos termos constantes da Análise nº 394/2009-GCPA, de 26 de junho de 2009, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 7.481, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, , no período de 19/11/2010 a 21/11/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Conhecer o Recurso Interposto pela entidade abaixo relacionada e Negar provimento, mantendo-se a pena de MULTA aplicada em primeira instância, em conformidade com o artigo 82, § 2º, do Regimento Interno da ANATEL.

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Despacho nº	
53539001055/2006	Ass. Prov. de Serviços de Acesso Dedicado à internet	Uiraúna / PB	7292/2009	

Conhecer o Recurso Interposto pela entidade abaixo relacionada e Dar provimento ao Recurso, Revogando o Despacho de aplicação de Sanção de primeira instância, para cancelar a multa imposta, em conformidade com o artigo 82, § 2º, do Regimento Interno da ANATEL.

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Despacho nº	
53532.001141/2007	Fundação para preservação da Fauna e da Flora	Araripina / PE	1541/2010	

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA